

## **ATA DA 11ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA ATIVIDADE PESQUEIRA**

**Data:** 06 de julho de 2018

**Local:** Auditório do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) / Campus de Guajará- Mirim

**Participantes:** Membros deste GT e equipe técnica da ESBR

**Horário:** às 10:15h

### **1. Abertura**

Às 10h15min do dia 06 de julho de 2018, no Auditório do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), campus de Guajará Mirim. O gerente de Meio Ambiente e Socioeconomia da ESBR, Verissimo Neto fez a abertura do evento, dando as boas-vindas aos presentes.

### **2. Apresentação dos resultados da atividade de contagem realizada em 2018**

A apresentação dos dados preliminares da Avaliação de Abundância de pirarucu (*Arapaima gigas*) na região de lagos de Cortes de Mercedes, rio Mamoré em Guajará-Mirim foi realizada pelo consultor especialista, Marcelo Crossa, e a coordenadora de campo do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira (SAAP), Atielli Oliveira. No decorrer da apresentação o consultor evidenciou o sucesso do Curso de Avaliação do Estoque de Pirarucu (onde fora desenvolvido os temas: bioecologia do pirarucu, métodos de avaliação da abundância, introdução e análise multicritério para tomadas de decisões), ministrado para os técnicos, realizado entre os dias 19 e 21 de junho de 2018, destacando que as avaliações e embasamentos foram extremamente relevantes para os técnicos institucionais, de forma a aprimorar o conhecimento de todos. Oportunamente aproveitou para ressaltar a importância de participação dos órgãos públicos nas atividades do plano de manejo de pirarucu e parabeniza o envolvimento de todas as instituições presentes.

Sr. Marcelo Crossa, pontua também a realização da “Certificação dos Pescadores” na atividade de contagem de pirarucu que ocorreu no período de 24/02 a 02/07 de 2018. Portanto os pescadores que compõe o Comitê do Acordo de Pesca do Manejo de Pirarucu (CAPP) da Colônia de Pescadores Z2/RO de Guajará Mirim, considerando que os mesmos estão devidamente habilitados para o exercício da atividade. Destaca que a Certificação dos Pescadores contou com 98 horas de curso, realizando a contagem de peixes em 10 lagos diferentes, utilizando com 5 canoas, onde os pescadores foram sorteados aleatoriamente para formação de duplas, e posteriormente, para avaliar os dados, obtendo 293 contagens no total.

Após as considerações em relação as capacitações realizadas, Marcelo Crossa informa os dados preliminares da atividade de contagem, indicando o número de espécimes adultos e jovens encontrados nos lagos avaliados no ano corrente. Destaca a evolução do grupo de pescadores, bem como a disponibilidade de equipamentos adequados à realização das atividades de campo, e a importância das capacitações e treinamentos que esses pescadores receberam ao longo da execução do plano de manejo.

No decorrer da apresentação, o Sr. Jácomo Mediate (IBAMA), questionou se houve comparação do número de espécimes contados em relação aos anos anteriores, e se foi observado crescimento desse número ao longo da execução do Plano de Manejo.

Marcelo Crossa, responde que sim, argumentando que a conectividade existente entre os lagos é muito importante para manutenção da abundância de espécimes na região.

Sr. Emerson Aguiar (IBAMA), observa que os dados mostram uma evolução quando comparado aos dados de início da atividade, pontuando que os lagos podem ser trabalhados de maneira mais adequada, pois é possível verificar que existem áreas mais próximas, com uma boa abundância do espécime, podendo diminuir assim o esforço de pesca dos pescadores.

Dando continuidade à apresentação, Marcelo Crossa apresenta como dado preliminar 02 (duas) sugestões de cota de despesca para o ano de 2018, sendo: 592 indivíduos (20%) e 892 indivíduos (30%), cujas análises e justificativas serão apresentadas no relatório técnico final da atividade em questão. Na sequência são apresentadas as análises e resultados atualizados da Matriz Multicritério (Ecológico Pesqueiro (independente), Pesqueiro (dependente), Social e Econômico e Institucional).

Sr. Emerson Aguiar (IBAMA), ressalta que os resultados desses critérios são importantes, para a composição do parecer técnico final em relação ao Plano. Sendo importante que o critério Institucional, tenha um bom indicador de sucesso assim como observado para o critério Ecológico – Pesqueiro (independente).

Oportunamente Sra. Atielli (SAAP) informa que atualmente a maior dificuldade do Plano de Manejo é não conseguir atravessar as barreiras institucionais que estão além da atividade de pesca. Citando como exemplo, a burocracia e ausência de legislação que estão acima da responsabilidade do SAAP e Colônia de Pescadores.

Sr. Marcelo Crossa, expõe os pontos crítico para avanço do Plano de Manejo, sendo: (i) aprovação do Acordo de Pesca, pois somente a partir dessa aprovação o grupo de manejadores terá respaldo legal na atividade, ajudando inclusive no processo de fiscalização e controle de exploração da região; (ii) obtenção das Licenças (SIM, SIE e SIF) para facilitar a comercialização e escoamento da produção e não fiquem atrelados nas mãos de atravessadores e (iii) Incluir a Bahia do rio Negro no Plano de Manejo.

Sr. Emerson Aguiar (IBAMA) contribui, argumentando que é preciso realmente ter o selo de inspeção sanitária do produto manejado, pois sem ele, não há comprador, e é essencial se pensar em uma nova estratégia para obtenção do mesmo, também sugeriu que fosse articulado uma reunião com o INCRA e FUNAI no sentido de discutir novamente essa questão das áreas utilizadas pelo Plano de Manejo.

### **3. Considerações após a apresentação dos resultados**

Sra. Gerônima Melo (Colônia Z2-RO), solicitou posicionamento e aprovação do Acordo de Pesca que regulamenta a área utilizada pelo grupo de manejo, além de reiterar a solicitação de fiscalização da área das instituições responsáveis, argumentando que somente os pescadores manejadores estão respeitando a legislação do tamanho mínimo e a época de reprodução do pirarucu, sendo necessário o controle e

fiscalização por parte dos órgãos ambientais, para que a classe pesqueira não seja penalizada e nem prejudicada pela pesca clandestina.

Sra. Letícia (SEDAM) informa a aprovação da lei de nº 4.324 que já foi sancionada, sendo que a mesma “estabelece diretrizes para proteção à pesca e estímulos à aquicultura do Estado de Rondônia”. Em relação ao pedido de fiscalização, ressalta que já foi autorizada a confecção de 700 placas, sendo 350 destinadas a Guajará Mirim, estando em trâmite o processo de licitação do fornecedor que leva até 30 dias para ser finalizado. Após a conclusão do processo a campanha de instalação dessas placas será iniciada por Guajará Mirim.

Sr. Ricardo Neves (SEAP/EFAP-RO) argumenta sobre a falta de fiscalização na atividade pesqueira e em relação a legislação em trâmite de aprovação diz que particularmente é contra o fechamento da pesca da forma como estão conduzindo, pois entende dessa forma a legislação dificultará ainda mais a atividade do pescador artesanal.

Sr. Jácomo Mediate (IBAMA) esclarece que a portaria será para regulamentar e ordenar a pesca no estado de Rondônia que atualmente está sendo realizada de forma desordenada e exploratória, informa ainda que serão realizadas fiscalizações em conjunto com outros órgãos responsáveis.

Sra. Letícia (SEDAM) após aprovação da legislação se compromete a divulgar o documento para as instituições de fiscalização, fazendo com que a informação seja disseminada de forma mais rápida.

Sr. Emerson Aguiar (IBAMA) destaca que as ações do Plano de Manejo estão sendo realizadas de forma satisfatória quanto as questões ecológicas e sociais, e partindo desse ponto, a atuação dos órgãos tende a ser mais expressivas para lograr maiores avanços, embora entenda que os papéis institucionais dos órgãos públicos sejam ineficientes à classe pesqueira, pois não tem como prioridade a atividade de pesca artesanal. Ressalta também em sua fala quanto ao envolvimento de instituições ao Plano de Manejo por motivo político e eleitoreiro, citando a reunião realizada em Surpresa (09/10/2017), indicando que vê como avanço o afastamento desse cunho político na atividade em questão. Outro ponto destacado foi a orientação à Colônia de Pescadores Z2-RO que considera ser um ator importante para motivar as instituições públicas a buscar meios de melhorar e ajudar a atividade pesqueira, indicando, portanto, a necessidade de formalização quanto a solicitação de fiscalização nas áreas de pesca em Guajará Mirim. Também orienta que os pescadores integrantes do Plano de Manejo considerem a possibilidade de trabalharem com a salga do pescado manejado, pois entende que o valor agregado deste tipo de produção, pode ser maior e possivelmente mais fácil de conseguir uma aprovação sanitária do produto quando comparado a produção da manta fresca. Ao final parabeniza a todo pelo trabalho realizado.

Sr. Jácomo Mediate (IBAMA) coloca que em relação a aprovação do acordo de pesca o próprio Plano de Manejo já se configura como um acordo de pesca, pois a legislação estadual é suficiente para regulamentar a atividade de manejo no Estado.

Sr. Veríssimo (ESBR) conclui a reunião lembrando as articulações e ações realizadas inicialmente pela UHE Jirau, SEDAM e IBAMA no sentido de conseguir a regulamentação da legislação para executar o Plano de Manejo de Pirarucu no estado de Rondônia, portanto destaca o seu otimismo no sentido de que a situação da pesca do pirarucu seja resolvida em um curto prazo de tempo. Em relação aos serviços de inspeções sanitárias (SIM/SIE/SIF) relembra que o SAAP já fez várias interfaces com os órgãos intervenientes responsáveis, embora sem nenhum sucesso até o momento, ainda assim acredita que nessa questão também seja possível a quebra de paradigmas, uma vez que não existe muitos avanços na legislação quando se trata da pesca artesanal, ressaltando a importância do envolvimento das instituições públicas para vencer os gargalos do Plano de Manejo .

**Encaminhamentos:**

- O Consultor Marcelo Crossa, reitera a necessidade de aprovação do Acordo de Pesca do CAPP pela SEDAM, visando maior segurança e sustentabilidade do Plano de Manejo;
- A Colônia de Pescadores Z2-RO deverá formalizar aos órgãos públicos responsáveis a solicitação de fiscalização periódica nas áreas de pesca em Guajará Mirim;
- Realizar reunião com as instituições responsáveis para debater e articular a questão da sanidade do pescado, oriundo do Plano de Manejo.
- Agendar reunião com o INCRA/PVH para buscar apoio no sentido de regulamentar a utilização da área de manejo realizada na região de lagos do Corte de Mercedes;
- Agendar reunião com a FUNAI no intuito de buscar apoio e formalizar a utilização da área de manejo realizada na região de lagos do Corte de Mercedes;
- As datas para a despesca, serão articuladas e repassadas pela ESBR às instituições parceiras assim que forem definidas.

A reunião foi encerrada às 12h:05min.